

VISÃO DO CORREIO

Venda de remédios por supermercados não tem só lado bom

Entrada em vigor da lei que permite a venda de medicamentos em supermercados (Lei 15.357) inegavelmente representa uma vantagem para o consumidor, que tende a se beneficiar da competição pelos melhores preços entre as redes, de mais opções e da possibilidade de grandes grupos atacadistas, que atuavam nos dois setores, reduzirem custos operacionais ao juntarem as duas pontas em uma única instalação. Mas há um outro lado que requer atenção das autoridades e de entidades setoriais — negligenciá-lo é tornar uma iniciativa importante em janela para balbúrdia.

Pela lei, que segue princípios semelhantes aos das drugstores norte-americanas, as redes supermercadistas terão de erguer um ambiente à parte para poderem operar com medicamentos. Ou seja, seguirão as mesmas regras sanitárias de uma drogaria tradicional. Os remédios não poderão ser expostos junto a alimentos ou a outros produtos, e a presença de farmacêutico, para a orientação da clientela, continua obrigatória.

Além disso, a regra dos medicamentos controlados não mudou: mesmo nos supermercados, exigirão apresentação de receita, que ficará retida, tal como é hoje nas farmácias. E os remédios só poderão ser entregues depois do pagamento.

Tais restrições, a princípio, seriam suficientes para que não houvesse desvios e distorções. Porém, especialistas farmacêuticos e do ramo supermercadista não enxergam assim. Ameaças pairam sobre uma boa iniciativa.

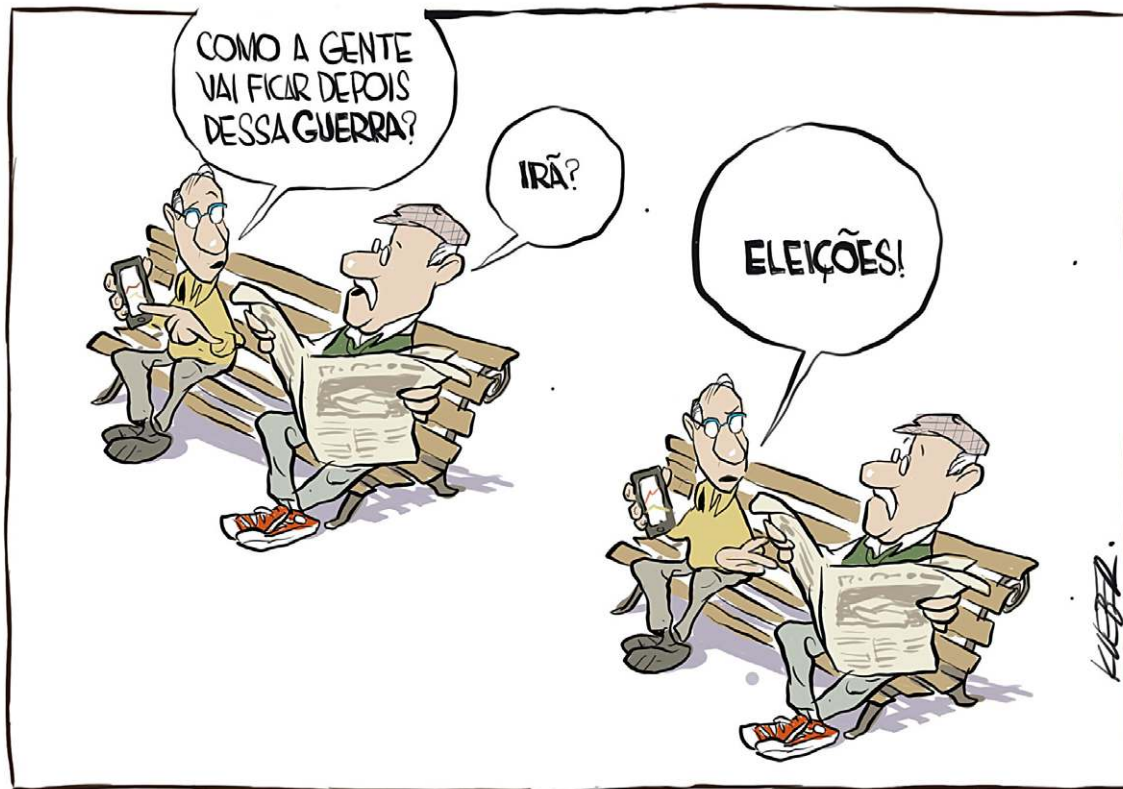
Uma das mais contundentes adver-

tências vem do Conselho Federal de Farmácia. Segundo o CFF, a lógica comercial não pode se sobrepor à preocupação com a saúde, nem pressionar a autonomia técnica do setor instalado junto ao supermercado. E outra: a fiscalização tem de ser reforçada para que as restrições sanitárias não afrouxem — o acondicionamento de remédios não pode ser rebaixado ao cuidado devido às latas de salsicha. Isso, claro, exige formação e presença de mais profissionais.

É aqui, na fiscalização, que surge perigoso hiato. Nos grandes centros urbanos e nas redes de pesada participação no setor supermercadista, a atuação da vigilância sanitária é constante, visível e geralmente rigorosa. O problema está no contrário disso. Nos municípios menores, dependentes do comércio local — com giro financeiro limitado e precariedade de investimentos —, essa firmeza tem tudo para desaparecer. Nesses casos, a população torna-se refém da lógica comercial predatória, como adverte o CFF.

Outra preocupação de especialistas é o ambiente de "hiperconsumo", sobretudo nas grandes cidades. Característica dos supermercados, um produto leva a outro; há o estímulo pela busca, sobretudo de ofertas. Teme-se que, com medicamentos, aconteça algo semelhante: incentivo à compra impulsiva de um produto que deve ser obtido racionalmente.

Tudo isso posto, faz-se a pergunta óbvia e inevitável: o Estado pesou tais dificuldades ou prevaleceu a regra eleitoral de enfatizar as virtudes da lei, desprezando os problemas que vêm com ela?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Misoginia 1

Tornar a misoginia crime foi uma iniciativa importante, mas não necessariamente solução para conter a violência dos machistas. Vinte anos atrás (2006), foi editada a Lei Maria da Penha, que foi atualizada em 2024, com a inserção do crime de feminicídio, com pena de até 40 anos de prisão. O agravamento da legislação não inibiu a violência contra as mulheres no país. Além do espancamento, o número de feminicídios foi recorde em 2025: 1.568 mulheres assassinadas pelo ex ou atual companheiro, segundo dados do Senado Federal. Não creio que a criminalização da misoginia dará um basta à violência e aos horrores praticados pelos machos truculentos e desprovidos de educação. As campanhas não têm alcançado o resultado esperado. Talvez a mudança de comportamento dependa de homens educados e humanizados. Talvez essa parcela da sociedade tenha que se engajar firmemente na reeducação dos machistas, lembrando que suas filhas ou outras mulheres de sua famílias estão expostas à infame violência dos vândalos das vidas femininas.

» Herondina Soares

Asa Norte

Misoginia 2

A criminalização da misoginia, aprovada esta semana no Senado, possui inquestionável pretexto nobre, porém em um país acostumado a punir ideias em vez de ações concretas. Um país no qual já não se consegue sequer debater o que é "ser mulher" sem o risco de ser processado e silenciado por pessoas e grupos autoritários. Na prática, a misoginia tende a se tornar mais um instrumento subjetivo de silenciamento, inclusive de mulheres, do que uma forma de proteção. No fundo, ninguém sai ganhando e todos saem perdendo.

» Ricardo Santoro

Lago Sul

Misoginia 3

É impossível acompanhar o debate sobre a criminalização da misoginia sem lembrar das mulheres que carregam, todos os dias, as marcas que não aparecem nos jornais. São histórias de humilhações, agressões, medos e silenciamentos. A nova lei não apaga essas dores, mas, finalmente, reconhece que elas existem e que não podem mais ser tratadas como detalhes. Que esse seja o começo de um país que escuta antes de julgar e que protege antes que seja tarde.

» Pacelli M. Zahler

Sudoeste

A copa está chegando

Faltam menos de 80 dias para o começo da Copa do Mundo de Futebol que, pela primeira vez, será disputada em três países — EUA, Canadá e México. Com ela, a esperança de sermos hexacampeões, apesar de não termos ainda um time definido. Os testes contra a França e a Croácia, nos EUA, serão um bom parâmetro para vermos qual é a real competitividade do Brasil. Sempre favorita, a Seleção Brasileira parece não ter ainda o necessário entrosamento indispensável numa competição como a Copa do Mundo com apenas oito jogos até a final.

» Armando Assis

Taguatinga

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Pela quantidade de condenados na tentativa de golpe que pedem ou estão em prisão domiciliar, dá pra ver como essas pessoas são literalmente doentes.

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Em um Brasil com tantos casos de corrupção, será difícil, como propõe o presidente do STF, asfixiar financeiramente as organizações criminosas que atuam no país.

Maria do Carmo Alves — Sobradinho

Ministro Gilmar Mendes propõe limite para os penduricalhos: o certo é não tê-los!

Jeferson Campos — Brasília

Trump almejou o Nobel da Paz. Em seguida, abriu fogo contra o Irã. Não há mais dúvida de que ele é candidato ao Troféu da Lorota.

Reginaldo Moreira — Guará 2

As grandes redes de supermercado acabaram com as mercearias de bairro e, agora, vão eliminar as pequenas farmácias. Grandes engolindo os pequenos, eis a lógica do capitalismo.

Paulo Henrique Veloso — Brasília

Metrô em greve a partir de segunda: agora vai ficar bom o transporte público do DF. Com o metrô funcionando, já é um Deus no acuda!

Flávio Santos — Brasília

Ônibus que saiu do DF pega fogo, e passageiros ficam sete horas na BR-050 esperando outro chegar. Como é que se leva a sério esses órgãos que fiscalizam o transporte no Brasil? Aqui, é passe livre para desprezo e infrações!

Maurício Barros — Cruzeiro



CIDA BARBOSA

cidabarbosa.df@dabr.com.br

A vida em um país democrático

Prisão domiciliar humanitária para quem sempre atacou os direitos humanos e faz vementes críticas às garantias fundamentais dos que estão atrás das grades. "O cara tem de entender que, uma vez preso, o direito dele é não ter direito. E as cadeias no Brasil são uma maravilha", já bradou o agora contemplado com uma medida humanitária.

O mesmo que vociferou: "Tenho nojo da palavra direitos humanos neste país, nojo"; "conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos"; "desserviço ao nosso Brasil".

O defensor de bandido bom é bandido morto também classificou direitos humanos de "estercor da vagabundagem". "Você, quando comete um crime, tem de pagar por ele. Não é para ir a um spa"; "tem gente com pena de presidiário, lá é o lugar de o cara se ferrar, o lugar de o cara pagar os seus pecados".

E afirmou que "a cadeia é um lugar muito democrático, tem de fazer muita besteira para estar lá dentro". Como tentar um golpe de Estado? Passível de prisão, sim, já mostrou o Supremo Tribunal Federal (STF) — agora, aparentemente, flexível com quem atentou contra a democracia e liderava uma organização criminosa armada.

Comiseração para com infratores da lei? O condenado por golpe sempre foi contra: "Bandido tem que apodrecer na cadeia. Se cadeia é lugar ruim, é só não fazer a besteira que não vai para lá. Vamos acabar com essa história de ficar com pena de encarcerado. Quem está lá fez por merecer".

Bastou, porém, ser trancafiado que até o barulho do ar-condicionado considerava

tortura — justo ele, um entusiasta de métodos violentos de repressão: "Eu sou favorável à tortura"; "o erro da ditadura foi torturar e não matar"; "só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partimos para uma guerra civil aqui dentro e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil".

A prisão domiciliar também é um triunfo da prole do sentenciado, que protestou, reiteradas vezes, pela dignidade humana do pai, mas ridicularizou benefícios a outros presidiários. Um dos filhos já disparou: "Políticos corruptos têm alegado problemas graves de saúde para saírem da cadeia. Você é a favor de cemitérios ao lado das carceragens da Polícia Federal para que o Estado gaste menos com o transporte dos corpos?". Outro, não ficou atrás: "Dá para levar a sério um país onde existe prisão domiciliar? O condenado é carcereiro dele mesmo. Se não conseguem nem monitorar as tornozeleiras eletrônicas, quem dirá cada preso em seu domicílio. A lei de execuções penais e CPP precisam ser revisados urgentemente." Pois é.

Nada como a democracia para garantir direitos fundamentais. Mas o benefício concedido pelo STF nesta semana é seletivo — um sem-número de outros criminosos doentes, porém anônimos, não desfrutam dessa prerrogativa. Ao menos, há data para acabar.

Espera-se que, decorridos os 90 dias, o custodiado deixe a mansão e volte à cadeia para continuar a cumprir pena pela ofensiva contra o Estado de Direito, o que já é um lucro para ele, pois as barbaridades que cometeu durante a pandemia da covid-19, essas seguem impunes.

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegará"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opinioao.df@dabr.com.br || 3214-1157

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.uudapress.com.br